

## VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO BRASIL: PROJETO DE ESTUDO DE CASO SOBRE A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE MANUELA D'ÁVILA

DANIELLY JARDIM MILANO<sup>1</sup>; ROSÂNGELA MARIONE SCHULZ<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – daniellymilano@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – rosangelaschulz@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta do projeto de dissertação de mestrado que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol) da Universidade federal de Pelotas (UFPel). A proposta tem como tema a Violência Política de Gênero (VPG) e busca investigar, através da análise da trajetória política de Manuela D'Ávila (PCdoB), os impactos da VPG na atuação e presença das mulheres na política institucional brasileira. O debate está inserido na área de Ciências Humanas.

Muitos são os enfoques dados pela Ciência Política sobre a baixa representação das mulheres no campo político institucional. A exemplo do estudo realizado por Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2010), que aponta três razões para a sub-representação feminina: 1) o caráter patriarcal das instituições políticas liberais; 2) os padrões socioculturais que masculinizam o espaço político e inibem a participação das mulheres; 3) as limitações estruturais impostas a ocupação destes espaços pelas mulheres a partir da dimensão econômica. Ao que pese esta variedade de estudos que abordam a sub-representação das mulheres na política, percebe-se uma escassa literatura especializada que analise as barreiras enfrentadas por elas após adentrar o campo político institucional. Em especial a violência política de gênero que vem se mostrando como um importante limitador para a inserção e atuação das mulheres na política. Desse modo, o presente estudo busca, identificar as consequências da violência política de gênero na inserção e na atuação de mulheres no campo político formal. Assim, a pesquisa parte do seguinte problema: “Analizando a trajetória política de Manuela D'Ávila, a violência política de gênero se mostra como uma barreira para a feminização da política no Brasil?”

Se no Brasil essa discussão é recente, acadêmica e legislativamente, em outros países da América Latina a investigação já vinha sendo desenvolvida de forma mais potente a partir da conceituação e caracterização de violência política de gênero proposta por Mona Krook e Juliana Sanín (2016).

Dessa forma, é relevante destacar a importância do avanço teórico sobre o tema como um marco para uma efetiva produção legislativa que visa combater a violência política. A exemplo das leis 243 e 348 aprovadas de forma pioneira na Bolívia; o decreto nº 8 de 2016 aprovado no Peru; e mais recentemente a aprovação, em 04 de agosto de 2021, da Lei 14.192 que estabelece normas para o combate e a prevenção da violência política contra a mulher no Brasil.

### 2. METODOLOGIA

A partir da problematização formulada para a pesquisa, bem como os objetivos da mesma, considerando o entendimento de que o fenômeno da VPG carece de análises mais profundas, pretende-se realizar o estudo a partir de

metodologia mista (ou quanti-quali) tendo em vista a complexidade do assunto e a variedade de possibilidades presente nesta ceara. A pesquisa qualitativa, portanto, se enquadra nos esforços de aproximar a teoria das realidades subjetivas (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013), que não devem ser reduzidas apenas a variáveis tendo em vista a multiplicidade de significados presentes neste mundo simbólico das relações humanas. A metodologia quantitativa é entendida como o empenho na quantificação de dados com vistas a aproximação da realidade objetiva com a teoria analisada (*ibdem*), neste método há análise de dados, que no caso do presente projeto será utilizada na quantificação das denúncias realizadas pela atriz política analisada, bem como o período em que estas foram mais recorrentes. Já a metodologia mista está inserida, como o próprio nome sugere, no uso combinado das demais abordagens descritas, ou seja, tem um foco interdisciplinar e amplia as possibilidades de compreensão sobre o objeto pesquisado (*ibdem*).

Mesmo estando inserido na abordagem metodológica mista, o projeto aqui descrito irá utilizar em sua maior parte a metodologia qualitativa, tendo em vista o objetivo de investigar aspectos relacionados e atribuídos ao fenômeno da VPG pelo(s) próprio(s) sujeito(s) envolvidos na ação, ou seja, a percepção da política Manuela D'Ávila, bem como os sentidos (misóginos e estereotipados, por exemplo) relacionados a construção/desconstrução de sua imagem pública. Neste sentido, propõe-se buscar a compreensão dos impactos objetivos e subjetivos da violência política de gênero em sua trajetória política.

Desse modo, entende-se que o estudo de caso é uma abordagem interessante para o desenvolvimento desta pesquisa, mais precisamente a análise da “história de vida” (*ibidem*), por meio de entrevista semi-estruturada visando a compreensão do caminho e dos sentidos para a ex-parlamentar.

A fundamentação teórica e metodológica da pesquisa está apoiada na teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985), a medida que estes não consideram o discurso apenas como meros enunciados, mas como a união de palavras e ações produtoras de significados que disputam o espaço social e político. O discurso para os autores é constitutivo de identidades e diferenças tendo em vista que ao se produzir, e defender, um discurso há a exclusão de outro.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

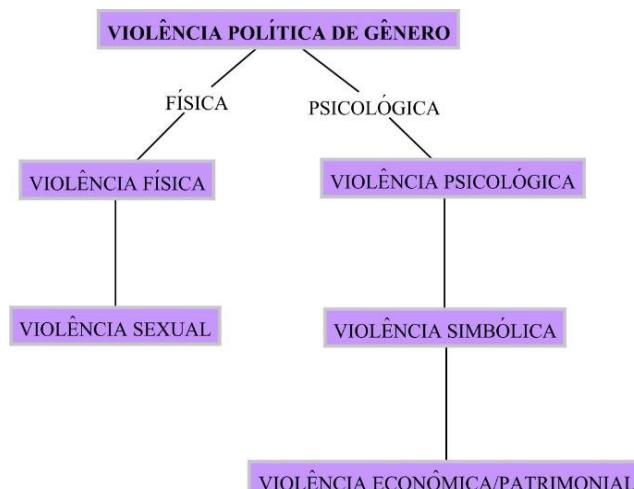
Neste ponto serão expostos os principais conceitos fundacionais do projeto, bem como as teorias que embasam a sua elaboração. Início com o conceito de gênero para, depois, descrever a violência política de gênero; diferenças entre feminização e feminilização; os conceitos de “Labirinto de Cristal” e “Teto de vidro” propostos por Betina Stefanello Lima (2013). Também será apresentado o problema de pesquisa, bem como a hipótese geral do projeto aqui descrito.

De acordo com Joan Scott (1995), Gênero diz respeito à uma construção social baseada nas características sexuais atribuídas aos indivíduos. A autora descreve duas significâncias inter-relacionadas, mas analiticamente distintas da categoria gênero: 1) como constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os性os, viés biológico; 2) como forma primária de atribuições de significados às relações de poder na sociedade em que os atores participantes estão inseridos. Nesta perspectiva, as mudanças nas relações de poder de uma sociedade estariam condicionadas às mudanças na organização social desta.

A Violência Política de Gênero, por sua vez, é definida por Mona Krook e Juliana Sanín (2016), e através da Lei 14.192 de 2021, como qualquer tipo de

violação física, psicológica, sexual, econômica e simbólica contra mulheres que ocupam cargos políticos ou visam ocupar, em função de seu gênero e/ou orientação sexual, buscando barrar, constranger ou limitar sua participação e atuação na esfera pública. As características simbólicas, assim como no caso do conceito de gênero, que permeiam esta categoria também são construções sociais. Krook e Sanín (2016) categorizam a VPG em duas esferas com subcategorias, observáveis no fluxograma a seguir:

**Figura 1 – Categorias da Violência Política de Gênero**



Fonte: KROOK; SANÍN, 2016; Elaboração própria, 2022.

Sendo assim, a VPG pode se impôr como uma “barreira invisível” (CUNHA; MILANO; MACEDO; PEREIRA, 2021) para ocupação e representação das mulheres na política. Essa sub-representação pode se mostrar como um mecanismo de enfraquecimento democrático, tendo em vista que a democracia está pautada em igualdade política e justiça social, por esse motivo a exclusão ou restrição de grupos deste processo não caracterizaria uma democracia representativa (TOURAINE, 1996). Estas barreiras invisíveis são caracterizadas na literatura especializada como o “Labirinto de Cristal” (LIMA, 2013), sendo este a descrição das limitações e obstáculos para a atuação e permanência das mulheres no campo político institucional, limitando a ascensão das mesmas neste espaço, o limite de avanço na atuação e crescimento das mulheres na esfera pública é denominado como “Teto de Vidro” (*ibidem*).

Por fim, a autora Silvia Yannoulas (2011) apresenta conceitos importantes para o entendimento dos fenômenos aqui descritos, em especial a noção diferenciada entre Feminilização e Feminização. A ocupação quantitativa (em números, objetivamente) das mulheres em determinado espaço – neste caso o político - é categorizada como Feminilização, quando há a ocupação em quantidade mas não em qualidade. A Feminização, segundo a autora, é quando ocorre a presença qualitativa, efetiva e significativa das mulheres em espaços políticos ou sociais, bem como os significados atribuídos a esta ocupação.

A hipótese geral que orienta este estudo e busca responder o problema de pesquisa, parte do pressuposto de que o exercício político entre homens e mulheres é desigual no país, sendo marcado pelo pouco incentivo às mulheres para construir trajetórias de vida voltadas a disputa ou ao exercício de cargos de liderança. Nesta perspectiva, não sendo incentivadas a ocupar posições de poder,

estariam limitadas a determinados patamares (vide Labirinto de Cristal e Teto de Vidro). Tem-se como hipótese portanto, que a Violência Política de Gênero pode se impôr como uma destas barreiras, presentes na trajetória das mulheres, para a feminização da política e consequentemente para a representação de gênero no âmbito político institucional.

#### 4. CONCLUSÕES

Tendo em vista que o trabalho resulta de um projeto de dissertação de mestrado ainda em andamento, as conclusões versam mais sobre a importância do tema na agenda de pesquisa da Ciência Política contemporânea do que propriamente sobre os resultados do estudo. Portanto, é inegável a necessidade de promoção de um aprofundamento e ampliação de estudos dedicados ao tema no meio acadêmico, pois além de desinvisibilizar o tema, corrobora para a criação de mecanismos institucionais que visam garantir maior seguridade à atuação política das mulheres. Nesta perspectiva, visa cumprir o papel de auxílio no processo de democratização da política brasileira, bem como a efetividade da participação e permanência das mulheres nos espaços formais de poder, através da categorização e, consequentemente, combate a violência política de gênero.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CUNHA, Patrícia Rodrigues Chaves; MILANO, Danielly Jardim; MACEDO, Raquel Peres; PEREIRA, Kátia dos Santos. Feminização e Feminilização no Ensino Superior: Um olhar voltado para a literatura. In: FERREIRA, Ezequiel Martins (org.). **Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas**. Paraná: Atena Editora, 2021.
- KROOK, Mona Lena; RESTREPO SANÍN, Juliana. Género y violencia política en América Latina. Conceptos, debates y soluciones. **Política y gobierno**, v. 23, n. 1, p. 127-162, 2016.
- Laclau, Ernesto; Mouffe, Chantal. **Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics**. London: Verso, 1985.
- LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 883-903, 2013.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes ex-plicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 653-679, 2010.
- SAMPIERI, Roberto; COLLADO, Carlos; LUCIO, María del Pilar. **Metodología de pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, p. 71-99, 1995.
- TOURAIN, A. **O que é a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou feminilização?: Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, v. 11, n. 22, p. 271-292, 2011.